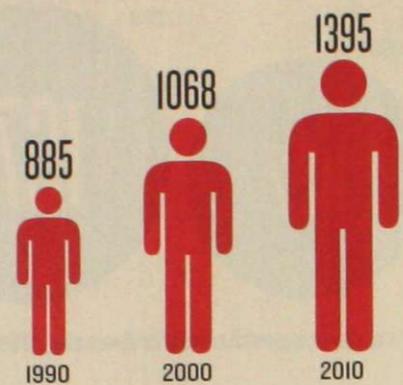
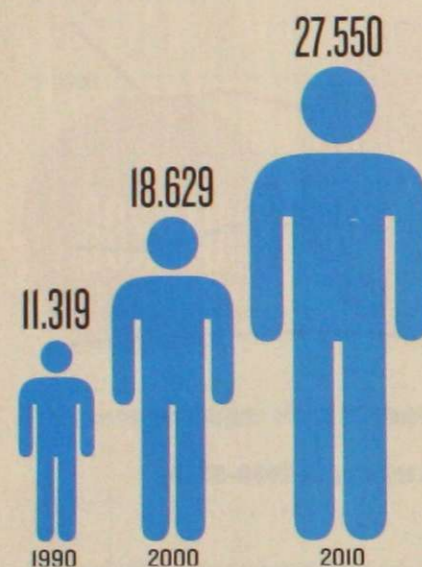


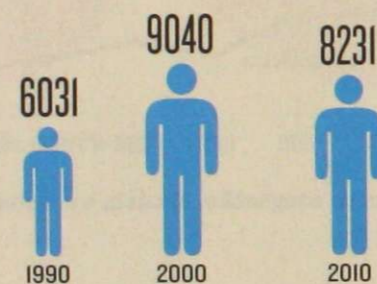
Magistrados judiciais



Magistrados do Ministério Público



Advogados



Funcionários judiciais

eram 13,1 e 11,2. Estes rácios colocam-nos no topo dos países da União Europeia e do Conselho da Europa com mais operadores judiciais por 100.000 habitantes, ao mesmo tempo que temos dos piores indicadores de congestão e eficácia processual. Uma visão certamente assustadora das nossas estatísticas da Justiça. Ora se a expansão do aparelho judiciário é preocupante, os números da advocacia são também esclarecedores. Em 2010, Portugal tinha mais de 27.000 advogados, comparando com 24.500 em 2005. Um crescimento absolutamente surpreendente. Em termos de advogados por 100.000 habitantes, crescemos de 230,9 em 2005 para cerca de 259 em 2010. Ainda

assim fica claro que o número de magistrados cresceu mais rápido do que o número de advogados, mais um sinal de que a política de recursos humanos no aparelho judiciário foi pernicioso no período 2005-2010. No ano de 2010, dos 27.000 advogados existentes em Portugal, cerca de 14.000 eram mulheres. O ano de 2010 consagrou pois a "feminização" da advocacia, tendência clara nos últimos dez anos, mas só agora plenamente confirmada. Sendo certo que semelhante tendência existe em todo o aparelho judiciário, faz pensar em novos desafios num futuro próximo, não só em termos da organização judiciária, como o reflexo que deverá ter (infelizmente, ainda não tem no momento presente), por exemplo, na

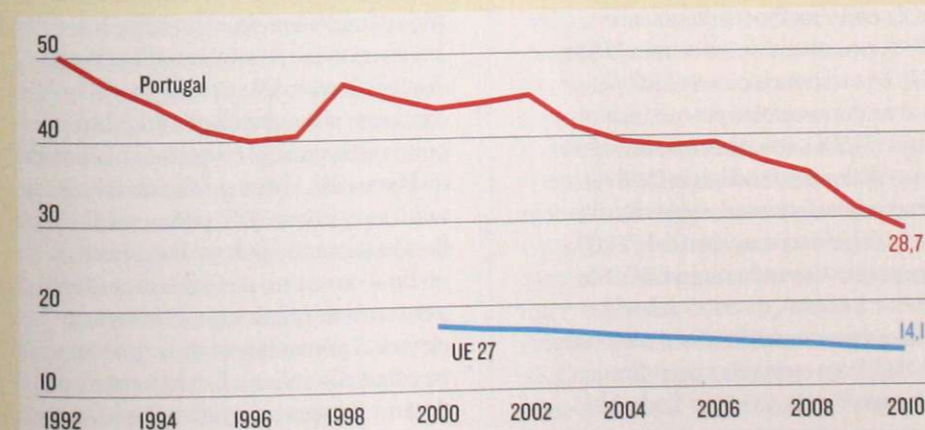
composição dos tribunais superiores. Neste momento temos alguma informação estatística que confirma que os números e as tendências de 2010 não mudaram muito no primeiro semestre de 2011. O memorando de entendimento entre Portugal e o Fundo Monetário Internacional e a União Europeia refere-se expressamente às pendências acumuladas. Documentos produzidos pelo Ministério da Justiça em resposta às exigências do dito memorando mostram números semelhantes ao que analisámos para 2010. É possível mesmo que, neste momento, o número de processos atrasados seja já mais grave que o quase 1.700.000 de 2010. Em termos de gestão dos recursos humanos do aparelho judiciário, os números podem ser marginalmente inferiores aos de 2010, dada a situação financeira do Estado português e a antecipação de passagens à reforma quer de magistrados, quer de outros funcionários da Justiça. Finalmente, as recentes polémicas com a admissão à Ordem dos Advogados de alguma forma limitaram o crescimento do número de advogados, sendo provável que o número 27.000 seja estável em 2011. Se o memorando de entendimento entre Portugal e o Fundo Monetário Internacional e a União Europeia for cumprido cabalmente, teremos uma mudança nas séries estatísticas já em 2011, ou no princípio de 2012, com vista a tornar as pendências em atraso mais transparentes. Prevê-se também que sejam solucionados os processos em atraso com valores mais elevados. Se o ano de 2011 não deve ser estatisticamente muito diferente de 2010, o ano de 2012 certamente trará novidades e um cuidado redobrado na análise de dados para evitar comparações metodologicamente erradas (com possíveis implicações políticas).

A educação em 2011: notícias boas e muito boas e notícias más e muito más

Carlos Fiolhais

Em 19 de Abril de 2011 era publicado um Relatório da União Europeia sobre educação que analisava os progressos obtidos numa série de indicadores para os quais se tinham estabelecido metas a atingir em 2010 e 2020. O retrato, que resulta da compilação de dados do Eurostat para os 27 países da UE (que estão em boa parte na Pordata) e dos dados do Programa Internacional de Avaliação dos Alunos (PISA) no qual os países da OCDE participam, dá-nos uma panorâmica da educação em Portugal, com números que, apesar de serem de 2008 e 2009, constituem um diagnóstico da situação em 2011 e, portanto, uma base para as políticas públicas. Foram escolhidos sete indicadores principais: Frequência da educação pré-escolar; Número de alunos com fraco desempenho a leitura, matemática e ciências; Abandono escolar precoce; Nível de educação atingido

pela população jovem; Número de diplomados em matemática, ciências e tecnologia; Percentagem da população que concluiu o ensino superior; Participação de adultos na aprendizagem ao longo da vida. No que se refere ao nosso país as notícias são boas e más. Nalguns casos muito boas e noutros muito más. São boas no que respeita ao aumento da frequência do ensino pré-escolar, bastante boas no que respeita à diminuição do número de alunos com 15 anos com fraco desempenho em leitura, matemática e ciências, e muito boas quanto ao aumento do número de licenciados nas áreas de ciência e tecnologia. Mas, apesar dos visíveis progressos, são muito más quanto ao abandono escolar precoce, quanto ao nível de educação atingido pela população jovem e quanto ao número de pessoas que termina o ensino superior, e más ainda quanto à



A lenta convergência com a Europa: abandono escolar precoce (%)

aprendizagem ao longo da vida. Esta deficiência de resultados acontece apesar de o investimento público em educação em 2007 (5,30% do PIB) ter sido acima da média da UE (4,96%). Se normalizarmos por aluno e por habitante, somos até o país que mais gasta no básico e secundário. Vejamos em mais pormenor:

- 1) A pré-escolarização das crianças portuguesas entre os 4 e os 6 anos tem vindo a aumentar nitidamente. De 78,9% em 2000 passou para 87,0% em 2009, aproximando-se dos 92,3% de média da UE, que persegue o objectivo de ter 95% em 2020.
- 2) Ao arripio de um conjunto sucessivo e consistente de maus resultados, os dados do PISA 2009 foram melhores, desconhecendo-se, todavia, se houve modificação significativa da amostra. Mas foi reconfortante saber que a percentagem de alunos com fraco desempenho em leitura passou de 26,3% em 2000 para 17,6% em 2009, o que está abaixo da média da UE, que foi 20,0%. O objectivo da UE era ter 17% em 2010 e 15% em 2020.
- 3) O abandono escolar pode ser medido pela percentagem de jovens entre os 18 e 24 anos que já não estão na escola. Em Portugal diminuiu de uns confrangedores 43,6% em 2000 para 31,2% em 2009, resultado bem melhor, mas ainda assim mau, por a UE ter tido uma média de 14,4% e pretender chegar a 10,0% em 2020. O abandono escolar é, de facto, um dos nossos piores flagelos. Pior do que nós apenas Malta.
- 4) Outra quantificação do abandono escolar consiste em saber a percentagem de jovens de 22 anos que concluíram o ensino secundário. Em Portugal esse valor passou de 43,2% em 2000 para 55,5% em 2009 ao passo que a média da UE nesse ano foi de 78,6%, aquém da desejável meta de 85% em 2010. Apesar da melhoria, ficámos muito longe desse objectivo porque, além do mais, o nosso ponto de partida era baixíssimo. Os activos portugueses são muito desqualificados, apesar de ser clara entre nós, bem maior do que noutros países, a vantagem salarial de quem completa um curso.
- 5) Pelo menos no que toca ao número de licenciados em ciências e tecnologia

	Total		Homens		Mulheres	
	UE 27	PT	UE 27	PT	UE 27	PT
1992		50		56,2		44,2
1993		46,7		52,9		40,7
1994		44,3		49,4		39,2
1995		41,4		47,1		35,5
1996		40,1		45,6		34,4
1997		40,6		46,8		34,4
1998		46,6		52,0		41,2
1999		44,9		50,8		38,9
2000	17,6	43,6	19,6	50,9	15,5	36,3
2001	17,2	44,2	19,2	51,6	15,2	36,7
2002	17	45	19,1	52,6	14,9	37,2
2003	16,6	41,2	18,7	48,7	14,5	33,6
2004	16,1	39,4	18,4	47,7	13,8	31,0
2005	15,8	38,8	17,8	46,7	13,7	30,7
2006	15,5	39,1	17,6	46,6	13,4	31,3
2007	15,1	36,9	17,1	43,1	13	30,4
2008	14,9	35,4	16,9	41,9	12,9	28,6
2009	14,4	31,2	16,3	36,1	12,5	26,1
2010	14,1	28,7	16	32,7	12,2	24,6

A continuada divergência com a Europa: desqualificação da população, desdobrada por sexo. Note-se a aproximação dos sexos na Europa e a sua separação entre nós no que refere à taxa de abandono escolar precoce

por mil jovens entre 20 e 29 anos destacámo-nos. Entre 2000 e 2008 fomos o país da UE que mais cresceu, com 193,2%, contribuindo para que o objectivo europeu de crescimento de 15% fosse plenamente superado com a média de 37,2%. Um outro objectivo europeu neste item era a diminuição do desequilíbrio entre os sexos. Também aqui ficámos bem, com 34,1% de quota feminina entre os diplomados nessas áreas em 2008, quando a média europeia foi de 32,6%. O progresso das mulheres no nosso país tem sido notável, não sendo tão gritante entre nós a falta de raparigas a estudar ciências e tecnologias como noutras paragens.

6) A UE estabeleceu que a percentagem de pessoas com idades entre os 30 e os 34 anos com um curso superior concluído deverá atingir 40% em 2020. Em 2009 a média era de 32,3%. Portugal teve apenas 21,1%, o que em parte se explica por ter partido em 2000 de 11,3%. Malta está igual a nós, mas só a Eslováquia, a Roménia e a República Checa estão pior.

7) Finalmente, a UE fixou a taxa de participação da população em idade activa em programas de aprendizagem

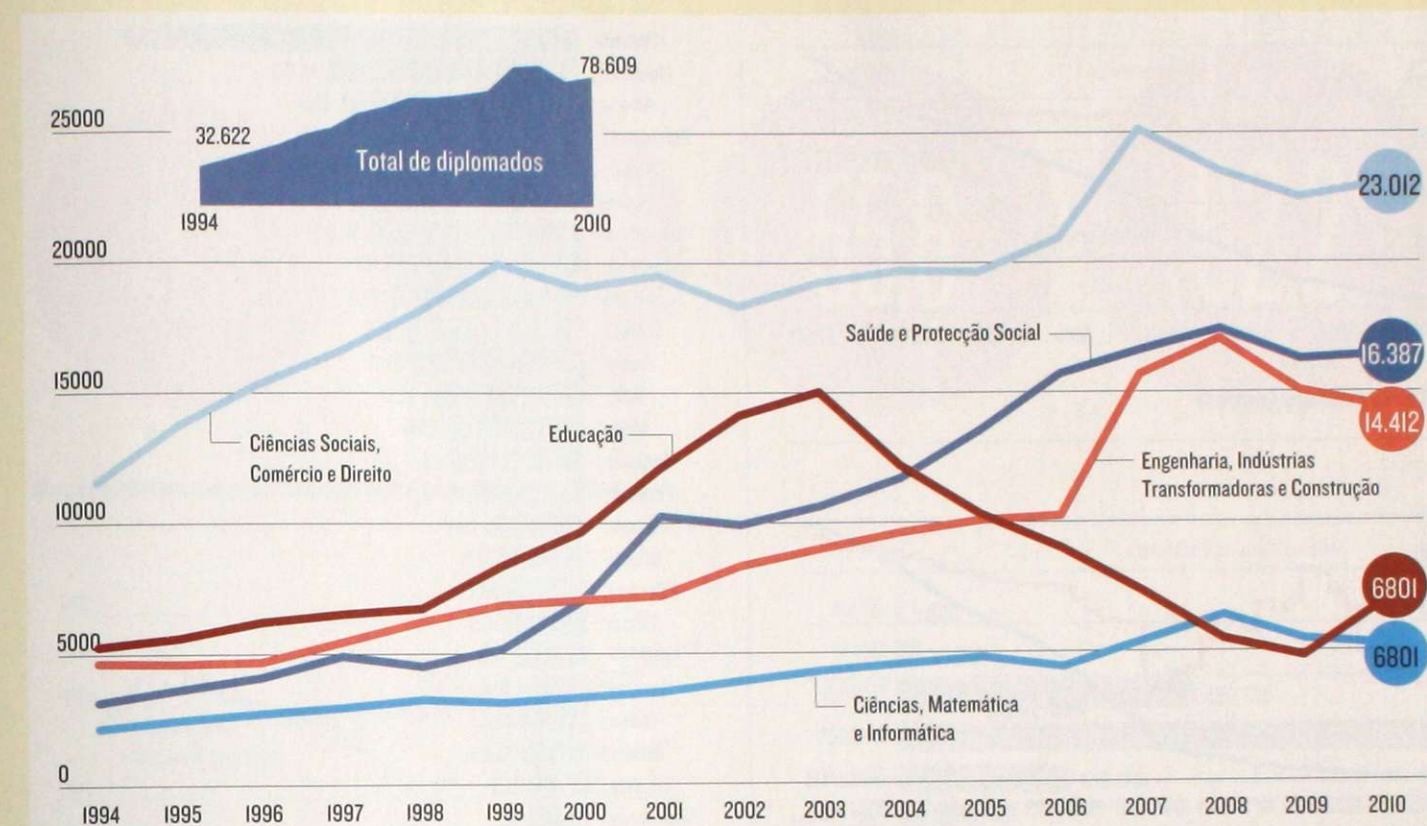
ao longo da vida em 12,5% em 2010 e 15% em 2020. A média ficou em 9,3%, aquém dos objectivos. Portugal, por sua vez, apesar do programa Novas Oportunidades, ficou-se em 6,5%, abaixo da média, embora acima do ponto de partida, 4,1%, em 2000. O referido programa está por avaliar, parecendo fundamentadas as acusações de facilitismo que têm vindo a público (Medina Carreira não teve pejo em chamar-lhe uma "trafulhice de A a Z").

É útil, para além das médias da UE, a comparação com os nossos vizinhos espanhóis. Na frequência do jardim-escola estão melhores do que nós (99%), nos níveis de leitura do PISA estão só um pouco piores (19,6%), no abandono escolar precoce estão iguais (31,2%), na conclusão do ensino secundário estão melhores (59,9%), no aumento de diplomados em ciências e tecnologia estão aquém (é de 14,8%, com percentagem feminina, 30,2%, inferior à nossa), na conclusão do ensino superior estão muito melhores (39,4%), bem como na aprendizagem ao longo da vida (10,4%). Tudo isto foi conseguido com uma percentagem menor do PIB (4,35% em 2009).

Estes são alguns factos e números. Outros poderiam ser invocados. Portugal partiu de uma situação de grande atraso e, apesar do progresso (geral mas desigual), está ainda longe da média educativa europeia, para não falar já dos lugares do topo ocupados por países como a França (100% no pré-escolar), a Finlândia (8,1% de maus resultados no PISA-Leitura), Polónia (abandono escolar de 5,3% e conclusão do secundário de 94,3%), Irlanda (conclusão do superior de 49%) e Dinamarca (31,6% formação ao longo da vida).

Passos muito importantes foram dados no que respeita à "internacionalização" das nossas questões de educação. Longe vão os tempos em que os governos fugiam de comparações internacionais. Agora, apercebendo-se da inevitabilidade dos cotejos, procuram tudo fazer para saírem bem no retrato estatístico (pode ter acontecido no PISA 2009, dado o contraste tão abrupto com a série dos três relatórios anteriores). Curiosamente quando os dados do Relatório Europeu foram divulgados, o governo de José Sócrates, em exercício apesar de ter caído, falou apenas do progresso realizado, não referindo o enorme défice educativo. A comparação oficial continuou a ser com o nosso passado e não com o presente lá fora, como se fosse consolo saber que já fomos piores. Em contraste, a UE lamentava-se de só ter conseguido cumprir um dos objectivos para 2010 (aumento do número de graduados em ciência e tecnologia), ao mesmo tempo que afirmava ser possível cumprir as metas afixadas para 2020.

Avaliações internas têm nos últimos anos complementado as avaliações internacionais. Se as chamadas provas de aferição nos 4.º e 6.º ano, por não contarem para a avaliação dos alunos, pouco adiantam, já os exames nacionais de Português e Matemática do 9.º ano (que contam 30% para a média final) e dessas e doutras disciplinas no final do ensino secundário ajudam a ensombrar o status quo. De facto, é elevada a percentagem de negativas nas duas disciplinas, fundamentais no desenvolvimento cognitivo dos jovens. Em 2011 os resultados foram piores que no ano anterior: numa escala de 0 a



O crescimento dos diplomados portugueses no ensino superior, incluindo doutoramentos, em números absolutos por área

20, a média foi de 10,2 a Português e de 8,6 a Matemática no 9.º ano. Por outro lado, as médias dos exames nacionais de Português e de Matemática A do 12.º ano, embora tal como no caso anterior tenham procedência as críticas à não comparabilidade dos exames de uns para outros anos, pioraram relativamente ao ano anterior: elas foram de 8,9 e 9,2 valores.

Por direito próprio, a avaliação dos alunos conquistou um lugar na agenda da educação. Mas houve outras questões na ordem do dia:

- O avolumar do peso burocrático do Ministério, com "tentáculos" em várias Delegações Regionais.
- A avaliação dos professores, na crista da onda desde o tempo da ministra Maria de Lurdes Rodrigues, apesar de alguma descompressão com a sua substituição por Isabel Alçada (os sindicatos têm tentado obstar a uma avaliação exigente).
- O agrupamento das escolas, necessário pela queda demográfica e pela desertificação do anterior, e as obras de modernização a cargo da empresa Parque Escolar.
- A indisciplina nas escolas, sendo

múltiplos os sintomas de degradação do ambiente escolar.

e) O reforço tecnológico, com a distribuição de computadores Magalhães, que para muitos parece um negócio e uma campanha de marketing político.

f) O facilitismo na obtenção de diplomas por pessoas no activo que abandonaram a escola.

g) O decréscimo do apoio público a escolas privadas, derivado da crise financeira, que condiciona a escolha das famílias (muitas privadas continuam a ser apetecidas por ocuparem os primeiros lugares no ranking das escolas).

No ensino superior esteve em questão a falta de financiamento, em contraste com o incremento de meios na investigação com queixas repetidas dos reitores e dos presidentes dos politécnicos. As universidades continuam longe do topo nos rankings internacionais.

Em 21 de Junho de 2011 ocorreu uma mudança na pasta da Educação. Na sequência das eleições legislativas de 5 de Junho, tomou posse o ministro Nuno Crato, professor de Matemática

que se tinha mostrado bastante crítico do discurso educativo mais ideológico do que científico que se implantou em todas as instâncias do sistema (o "eduquês" [5-6]). Ele discordava da estrutura pesada do Ministério (que, segundo ele, devia ser "implodido"), desvalorizava a questão da avaliação dos professores (defendendo a avaliação à entrada através de um exame, plasmado na lei, mas por concretizar), e criticava o ambiente de laxismo, a utilização excessiva de calculadoras e o descontrolo das Novas Oportunidades. Começou por criar exames no 6.º ano, aumentar as cargas horárias de Português e Matemática e desenhar um novo modelo de avaliação docente. Continuou a agrupar escolas a fim de reduzir custos e mandou auditar a Parque Escolar. Para diminuir o Ministério, está a desmantelar as Direcções Regionais, anunciando maior autonomia das escolas. Vamos ver o que mais vai decidir e, acima de tudo, o que vai conseguir. É lícita a esperança de que o sistema de ensino, com este "choque" governativo, progrida em maior sintonia com o avanço europeu.